

# Quanto vale o que diz Sarney

Ricardo Noblat

**N**a época em que o país "viajou" embalado pela poção mágica a que se deu o nome de Plano Cruzado, o presidente José Sarney cultivou a fixação de que vivíamos no melhor dos mundos. Nunca mais teríamos inflação — nunca mais, pelo menos, a inflação indecente que ultrapassara a casa dos 20% mensais. Imaginem, horrorosos 20%! Uma calamidade! O país alcançaria uma taxa de crescimento econômico superior a do Japão ou a de qualquer outro país desenvolvido.



Distribuição de renda mais rápida, capaz de beneficiar, preferencialmente, os mais pobres? Que outro país teria condições de promovê-la no ritmo e com a extensão do Brasil dos preços e salários congelados? Como se viu, foi bom enquanto durou — e durou pouquíssimo porque era um logro e, como tal, não poderia ter durado mais. Durou o suficiente para o PMDB eleger 22 de 23 governadores estaduais e para as reservas de divisas despencarem de 12 bilhões de dólares para quase zero.

O governo e seus sócios perderam credibilidade, popularidade e respeito — poderiam ter ganho, em compensação, experiência, uma rica e vasta experiência. Mas é difícil aos nossos governantes aprenderem com seus próprios erros. Teme-se o aspecto específico da embalagem de sonho do Plano Cruzado. Em si, o plano era um conjunto de medidas econômicas que pretendia quebrar o estrato inercial da inflação que se auto-alimenta e introduzir uma moeda nova no lugar da desgastada.

Os ortodoxos fariam cara feia à reforma proposta, como fizeram. Ela poderia, ou não, dar certo. Mas quantas receitas, antes, não tinham sido postas em prática com resultados que, mais tarde, se revelaram pouco atraentes? Mas, não. Um governo que sofria da síndrome do mandato, ilegítimamente adquirido, precisava fazer alguma coisa para curar-se, para remediar seu vício de origem. Fez um país imaginário — a "Passárgada" de Manoel Bandeira ou o "São Saruê" do poeta do cordel nordestino.

O presidente Sarney entende de poetas, eruditos ou populares — deveria, depois do fracasso do cruzado, entender mais um pouco da moderação e da prudência a que devem estar obrigados os governantes quando falam ou quando anunciam ao país qualquer coisa. Sarney anunciou, anteontem, que o Brasil passará, dentro de poucos anos, da posição de importador para a de exportador de petróleo.

Estava eufórico, o presidente. A Petrobrás descobrira um promissor poço na bacia do Paraná.

Brilhou nos olhos de Sarney o sonho de ver o Brasil filiar-se à organização dos países exportadores de petróleo. Na semana da definição do seu mandato pela Constituinte, o presidente já comemorara o mesmo sonho ao divulgar, com pompa e circunstância, a descoberta de um gigantesco poço de petróleo na ilha de Marajó. O poço seria o sinal, segundo Sarney, de que ali dormiria uma bacia petrolífera das dimensões do Mar do Norte, de 18 bilhões de barris de petróleo.

O poço de Marajó foi abandonado porque a Texaco, que o explorava, o julgou inviável, economicamente. Até agora, a Petrobrás também não conseguiu sustentar com dados técnicos a notícia distribuída pelo presidente, em abril de 1987, de que a maior província petrolífera do país fora identificada às margens do rio Uruçu, no Amazonas. A palavra do presidente da República não pode virar moeda de troca fácil. Seu valor não pode flutuar de acordo com a conjuntura — nem pode se guiar por ela.

É compreensível que o presidente silencie a respeito de uma inflação que está em ascensão. Uma palavra dele que admita que a inflação deste mês deverá ser mais alta que a do mês anterior, produzirá uma inflação maior do que a esperada. Não seria concebível, contudo, que o presidente alardeasse que a inflação está em declínio, ou mesmo que está represada quando ela ameaça escapar ao controle do governo. Da mesma forma, é inconcebível que o presidente acene para o país com a miragem da autosuficiência em petróleo.

Ela poderá, até, se concretizar, rogamos todos que se concretize — mas não há, por enquanto, fatos irrecusáveis que provem que isso ocorrerá. Ou que já tenha ocorrido. Há fatos que provam, isso sim, de maneira irrecusável, que o presidente continua cedendo à tentação de confundir o que deseja que aconteça com o que de fato aconteceu ou pode acontecer. Diga-se, a seu favor, que ele não é o único político ou governante que age dessa forma. Nem por isso irá direto para o céu.

**Novo lema** — Ao comentar os assustadores índices de inflação previstos para julho, bem acima dos 20%, o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, cunhou um novo lema para a Nova República: "não vamos nos apavorar". Para um regime que começou sob o lema de "Não vamos nos dispersar", deseja-se que não acabe sob a palavra de ordem de "Mulheres e crianças, primeiro".

**UDN social** — Da economista Maria da Conceição Tavares para o secretário Raphael de Almeida Magalhães: "A maior ironia é você não estar entre os tucanos. Você, afinal, é o inventor da UDN social".